

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) A revogação do ato administrativo incide sobre ato inválido.
 - (B) A revogação do ato administrativo tem efeitos *ex tunc*.
 - (C) Somente a administração pública possui competência para revogar os atos administrativos por ela praticados.
 - (D) O ato administrativo discricionário é insuscetível de exame pelo Poder Judiciário.
-

A: se um ato for inválido (ilegal), o caso é de anulação; apenas os atos válidos (mas inconvenientes) podem ser revogados; B: a revogação produz efeitos *ex nunc*; C: de fato, somente a administração pode revogar os atos administrativos; isso porque somente ela tem condições que analisar a conveniência e a oportunidade de manter certos atos; D: o Judiciário pode apreciar os aspectos de legalidade, moralidade e razoabilidade dos atos discricionários. Gabarito "C"

2. Assinale a opção correta acerca das autarquias.

- (A) As autarquias são detentoras, em nome próprio, de direitos e obrigações, poderes e deveres, prerrogativas e responsabilidades.
 - (B) As autarquias são hierarquicamente subordinadas à administração pública que as criou.
 - (C) As autarquias são criadas e extintas por ato do chefe do Poder Executivo.
 - (D) Ao criar uma autarquia, a administração pública apenas transfere a ela a execução de determinado serviço público, permanecendo com a titularidade desse serviço.
-

A: de fato, as autarquias, por serem pessoas jurídicas, têm capacidade de autoadministração; assim, são detentoras, em nome próprio, de direitos e obrigações, poderes e deveres, prerrogativas e responsabilidades; assim, um ato ilegal cometido por uma autarquia (p. ex., pelo INSS), enseja uma ação judicial contra o INSS e não contra a União; B: a relação não é de hierarquia, mas de supervisão ministerial (art. 26 do Dec.-lei 200/67); D: as autarquias são criadas (e extintas) por lei (art. 37, XIX, da CF). Gabarito "A"

3. O retorno do servidor público ao cargo do qual fora exonerado, com a plena restauração dos direitos violados, ensejando, inclusive, o pagamento dos vencimentos e vantagens atinentes ao período de afastamento, por força de decisão judicial, denomina-se:

- (A) recondução;
 - (B) recontração;
 - (C) reversão;
 - (D) reintegração.
-

Art. 28 da Lei 8.112/90. Gabarito "D"

4. Servidor público da prefeitura de determinada cidade do interior dispensou procedimento licitatório, fora das hipóteses legais, para a contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza e conservação. Em decorrência desse fato, o MP

ajuizou ação de improbidade administrativa contra o servidor, imputando-lhe conduta prevista no art. 10, inciso VIII, da Lei n.º 8.429/1993. Esse artigo expressa diretamente que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1.º da Lei de Improbidade, e, notadamente, frustração da licitude de processo licitatório ou sua dispensa indevida.

Considerando a situação hipotética descrita no texto, assinale a opção correta acerca de improbidade administrativa.

(A) Com o objetivo de extinguir a ação de improbidade, o MP pode firmar termo de ajustamento de conduta com o servidor, desde que este indenize a administração pública pelos prejuízos causados.

(B) A ação de improbidade administrativa poderia ter sido ajuizada pelo próprio município interessado.

(C) Na situação considerada, não caberá recurso da decisão que receber a petição inicial.

(D) Caso o MP não tivesse ajuizado a ação, qualquer cidadão poderia tê-lo feito.

A: art. 17, § 1º, da Lei 8.429/92; B: art. 17, *caput*, da Lei 8.429/92; C: art. 17, § 10: da Lei 8.429/92; D: art. 17, *caput*, da Lei 8.429/92. Gabarito "B"

5. Determinado terreno público foi irregularmente ocupado por famílias de baixa renda há cerca de 40 (quarenta) anos. Pretendendo a regularização dominial da área, a associação de moradores ingressou com ação de usucapião. Não obstante a decisão dependa de apreciação do Poder Judiciário, pode-se afirmar que

(A) há possibilidade de êxito se a associação autora representar número de ocupantes suficientes para comprovar a posse justa e de boa-fé na totalidade da área descrita.

(B) há possibilidade de êxito em razão da prova do tempo de ocupação e do caráter social da demanda.

(C) não há possibilidade de êxito em razão da imprescritibilidade dos bens públicos, que não podem ser usucapidos.

(D) há possibilidade de êxito se comprovada a boa-fé dos ocupantes e a constância da ocupação.

Nenhum bem público é passível de usucapião (art. 102 do Código Civil e arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da CF). No caso, pode-se pedir uma *concessão de uso especial* do bem público (Medida Provisória 2.220/01), mas não a *aquisição da propriedade* deste pela usucapião. Gabarito "C"

6. De acordo com a Lei n.º 8.080/1990, para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização. O instituto previsto nesse dispositivo legal refere-se a

(A) requisição administrativa.

(B) servidão administrativa.

(C) limitação administrativa.

(D) desapropriação.

Trata-se da requisição administrativa, prevista no art. 5º, XXV, da CF, e também em outras leis, como a Lei 8.080/90 (art. 15, XIII). Gabarito "A"

7. Assinale a alternativa correta:

(A) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que exercem atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

(B) as empresas privadas concessionárias de serviço público jamais responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

(C) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável se não for caso de dolo ou culpa.

(D) as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

A: a alternativa estaria correta se se referisse às pessoas de direito privado que *prestem serviço público* (art. 37, § 6º, da CF); B: como são prestadoras de serviço público, respondem objetivamente (art. 37, § 6º, da CF); C: está correta, nos termos do art. 37, § 6º, da CF; D: há direito de regresso contra o agente público, nos termos do art. 37, § 6º, da CF. Gabarito "C"

8. O pregão é a modalidade de licitação

(A) destinada à venda de produtos legalmente apreendidos, a quem oferecer o maior lance.

(B) em que a habilitação do vencedor ocorre após a classificação das propostas.

(C) entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, mediante a instituição de prêmios aos vencedores.

(D) realizada entre interessados previamente cadastrados e convocados mediante carta-convite.

A: art. 1º da Lei 10.520/02; B: de fato, no pregão há inversão de fases (art. 4º, XII, da Lei 10.520/02); C e D: art. 1º da Lei 10.520/02. Gabarito "B"

9. O Poder Público contratou, por meio de regular licitação, a execução de uma obra pública em terreno recentemente desapropriado para esta finalidade. Durante o início das fundações, a empresa contratada identificou focos de contaminação do solo na área. Este fato obriga a realização de trabalhos de descontaminação cujo custo eleva em demasia o preço da obra. Considerando que as partes não tinham conhecimento da contaminação e que, por razões de ordem técnica não poderiam sabê-lo antes, caberá

(A) rescindir o contrato e realizar nova licitação para contratação de empresa para a realização da obra, agora considerado o novo custo.

(B) alterar o contrato para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observados os requisitos legais.

(C) realizar nova licitação para contratação do serviço de descontaminação do solo, devendo a empresa anteriormente contratada concorrer com terceiros, resguardando-se, no entanto, seu direito de preferência caso haja igualdade de propostas.

(D) rescindir unilateralmente o contrato pela contratada, em face do fato imprevisível, restituindo-se-lhe o valor gasto até então.

Art. 65, II, *d*, da Lei 8.666/93. Gabarito "B"

10. A extinção do contrato administrativo de concessão pela retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, denomina-se apropriadamente

- (A) caducidade
 - (B) rescisão.
 - (C) anulação.
 - (D) encampação.
-

Art. 37 da Lei 8.987/95. Gabarito "D"

ÉTICA PROFISSIONAL

11. Prescinde-se de constituição de advogado regularmente inscrito na OAB para o ajuizamento de ação na 1.^a instância da justiça do trabalho, ação, no valor de até vinte salários mínimos, no juizado especial cível,

- (A) e *habeas corpus*.
 - (B) *habeas corpus* e ação popular.
 - (C) *habeas corpus* e mandado de segurança.
 - (D) e mandado de segurança.
-

A: Opção correta. Não se exige a capacidade postulatória para atuar nesses casos (art. 1.º, I, § 1.º, da Lei 8.906/1994, c/c ADI 1.127, excluiu juizados especiais e justiça do trabalho); B: Opção incorreta. Qualquer cidadão pode ser autor de ação popular, porém deve constituir advogado para ingressar em juízo (Lei 8.906/1994, art. 1.º, I); C: Opção incorreta. O mandado de segurança é ajuizado por quem tem capacidade postulatória, ou seja, advogado (Lei 8.906/1994, art. 1.º, I, § 1.º); D: Opção incorreta. *Vide* justificativa apresentada na opção C. Gabarito "A"

12. Acerca do exercício da advocacia, assinale a opção correta.

- (A) A única petição que o estagiário pode assinar sozinho é a de solicitação de preferência no julgamento do processo.
 - (B) Com a instituição das defensorias públicas nos estados e no DF, regidas por lei específica, os defensores públicos não podem exercer atividade de advocacia e, por isso, não se sujeitam à Lei nº 8.906/1994.
 - (C) Os procuradores da fazenda nacional, por serem funcionários públicos, não se sujeitam à Lei nº 8.906/1994.
 - (D) Ao estagiário devidamente inscrito na OAB é permitido praticar os atos privativos de advogado, desde que em conjunto com o advogado e sob sua responsabilidade, podendo assinar isoladamente petição de juntada de documentos.
-

A e D: art. 3º, § 2º, da Lei 8.906/94 e art. 29 do Regulamento Geral; B e C: art. 3º, § 1º, da Lei 8.906/94. Gabarito "D"

13. Célio, advogado regularmente inscrito na OAB/SC, tem escritório próprio de advocacia em Florianópolis, onde atua na área trabalhista e na do direito do consumidor.

No ano de 2006, atuou excepcionalmente como advogado em quatro ações de indenização perante o TJDF. Em 2007, ajuizou quinze ações em face da mesma empresa perante o TRT, em Brasília – DF, e, em 2008, atuou como advogado constituído em mais de dez causas. Na situação hipotética apresentada, Célio, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da OAB,

(A) cometeu infração disciplinar por ter exercido, em 2006, a advocacia fora de seu domicílio de inscrição.

(B) está obrigado, desde 2007, à inscrição suplementar na Seccional da OAB/DF.

(C) está dispensado de comunicar à OAB o exercício da advocacia perante o TRT.

(D) está impedido de requerer a inscrição suplementar na OAB/DF, dada a regular inscrição na OAB/SC.

Art. 10, § 2º, da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

14. O advogado Ademar é surpreendido por mandado de busca e apreensão dos documentos guardados no seu escritório, de forma indiscriminada. Após pesquisa, verifica que existe processo investigando um dos seus clientes e a ele mesmo. Apesar disso, os documentos de toda a sua clientela foram apreendidos. Diante do narrado, é correto afirmar que

(A) a proteção ao escritório do advogado não se inclui na hipótese versada.

(B) houve excesso na apreensão de todos os documentos da clientela do advogado.

(C) a inviolabilidade do escritório de advocacia é absoluta.

(D) a prática é correta, em função de a investigação atingir o advogado.

A: incorreta, pois a busca e apreensão nos escritórios de advocacia vêm disciplinada no art. 7º, II e §§ 6º e 7º, do Estatuto da OAB (EAOAB – Lei 8.906/94), que lhes garante não apenas a inviolabilidade do escritório, *excetuadas as hipóteses autorizadas previstas nos dispositivos citados*, mas também dos instrumentos de trabalho; B: correta, pois, para que referida diligência (busca e apreensão) seja efetivada, mister a observância da regra-matriz que rege o tema, qual seja, a de ser garantida a *inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado*, bem como de seus *instrumentos de trabalho*, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia (art. 7º, II, do EAOAB), admitindo-se, no entanto, a “quebra da inviolabilidade” desde que presentes os requisitos constantes dos §§ 6º e 7º do EAOAB; C: incorreta, pois, como visto nos comentários à alternativa anterior, a inviolabilidade do escritório *não é absoluta*, sendo admitida, repita-se, desde que preenchidos os requisitos legais (art. 7º, II e §§ 6º e 7º, do EAOAB); D: incorreta, visto que a mera existência de investigação contra o advogado não é fundamento suficiente à “quebra” da inviolabilidade de seu escritório e a apreensão indiscriminada de documentos, ferindo, por evidente, o direito à intimidade dos clientes (art. 7º, II, e §§ 6º e 7º, EAOAB). Gabarito "B"

15. Francisco, advogado, dirige-se, com seu cliente, para participar de audiência em questão cível, designada para a colheita de provas e depoimento pessoal. O ato fora designado para iniciar às 13 horas.

Como é de praxe, adentraram o recinto forense com meia hora de antecedência, sendo comunicados pelo Oficial de Justiça que a pauta de audiências continha dez eventos e que a primeira havia iniciado às dez horas, já caracterizado um atraso de uma hora, desde a audiência inaugural.

A autoridade judicial encontrava-se presente no foro desde as nove horas da manhã,

para despachos em geral, tendo iniciado a primeira audiência no horário apazado. Após duas horas de atraso, Francisco informou, por escrito, ao Chefe do Cartório Judicial, que, diante do ocorrido, ele e seu cliente estariam se retirando do recinto.

Diante do narrado, à luz das normas estatutárias

(A) qualquer atraso superior a uma hora justifica a retirada do recinto, pelo advogado.

(B) o advogado deveria, no caso narrado, peticionar ao Magistrado e retirar-se do recinto.

(C) o atraso que justifica a retirada do advogado está condicionado à ausência da autoridade judicial no evento.

(D) meros atrasos da autoridade judicial não permitem a retirada do advogado do recinto.

A: incorreta; segundo o art. 7º, XX, da Lei 8.906/94, é direito do advogado “retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo” (g.n.); assim, não é qualquer atraso que justifica a retirada do recinto, pelo advogado; deve-se tratar de atraso de mais de 30 minutos, concernente à situação de *não comparecimento do juiz*, e não de atraso nas audiências; B: incorreta, pois, como se viu, o advogado não deveria ter se retirado; C: correta, pois somente à *ausência* do juiz autoriza a retirada do advogado, após o prazo mencionado e mediante a comunicação protocolada em juízo; D: incorreta, pois caso o atraso do juiz seja *superior a 30 minutos*, concernente à situação de não comparecimento do juiz, cabe a retirada do advogado do recinto. Gabarito "C"

16. No que concerne à capacidade postulatória do advogado, assinale a opção correta.

(A) O advogado que renunciar à procuração que lhe foi outorgada fica obrigado a representar o outorgante pelo prazo de dez dias, a contar da notificação da renúncia, ainda que outro advogado o substitua.

(B) A procuração para o foro confere, em geral, poderes especiais ao advogado.

(C) Em caso de urgência, pode o advogado postular em juízo sem procuração, devendo apresentá-la no prazo de quinze dias.

(D) Caso o advogado não junte procuração, o juiz mandará intimá-lo para que a apresente imediatamente, sob pena de indeferimento da petição inicial.

A: art. 5º, § 3º, da Lei 8.906/94; B: art. 5º, § 2º, da Lei 8.906/94; C: art. 5º, § 1º, da Lei 8.906/94; D: art. 37 do CPC. Gabarito "C"

17. Assinale a opção correta acerca da situação do advogado como empregado, de acordo com as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) O advogado empregado não está obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal, fora da relação de emprego.

(B) Nas causas em que for parte empregador de direito privado, os honorários de sucumbência serão devidos a ele, empregador, e não, aos advogados empregados.

(C) Considera-se jornada de trabalho o período em que o advogado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens no âmbito do escritório, não sendo consideradas as horas trabalhadas em atividades externas.

(D) A relação de emprego, no que se refere ao advogado, não retira a isenção técnica inerente à advocacia, mas reduz a independência profissional, visto que o advogado deve atuar de acordo com as orientações de seus superiores hierárquicos.

A: Opção correta. Assim dispõe o art. 18, parágrafo único, do EOAB; B: Opção

incorreta. Em tal situação, os honorários serão devidos aos advogados empregados (EOAB, art. 21, *caput*); C: Opção incorreta. O conceito de jornada de trabalho deve englobar tanto o período em que o advogado empregado esteja à disposição do empregador no âmbito do escritório quanto aquele em que esteja realizando atividades externas (EOAB, art. 20, § 1.º); D: Opção incorreta. A relação advocatícia de empregado não implica redução da independência profissional (EOAB, art. 18). Gabarito "A"

18. No que se refere à incompatibilidade e ao impedimento do advogado, constantes na Lei nº 8.906/1994, e com base nos precedentes dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- (A) A incompatibilidade determina a proibição parcial e o impedimento, a proibição total do exercício da advocacia.
- (B) A incompatibilidade do exercício da advocacia com o exercício da função jurisdicional não alcança os advogados membros da justiça eleitoral.
- (C) Professores de cursos jurídicos de universidades públicas, investidos em cargo efetivo, são impedidos de advogarem, já que são integrantes da administração indireta.
- (D) Um deputado federal, que seja também advogado, não está impedido de advogar contra uma concessionária de serviço público federal.

A: é o contrário (art. 27 da Lei 8.906/94); B: de fato, na ADIN 1.127-8 foi feita essa ressalva ao art. 28, II, da Lei 8.906/94; C: art. 30, I e p. único, da Lei 8.906/94; D: art. 30, II, da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

19. Entre as hipóteses abaixo, qualifica-se como de impedimento o exercício da advocacia:

- (A) por militares de qualquer natureza, na ativa.
- (B) por ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública.
- (C) por ocupantes de cargos ou funções que tenham competência para a fiscalização de tributos.
- (D) pelos membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público.

A: incorreta, pois os militares na ativa têm *incompatibilidade* (art. 28, VI, da Lei 8.906/94), e não *impedimento*; B: incorreta, pois tais agentes públicos têm *incompatibilidade* (art. 28, III, da Lei 8.906/94), e não *impedimento*; C: incorreta, pois os fiscais de tributos têm *incompatibilidade* (art. 28, VII, da Lei 8.906/94), e não *impedimento*; D: correta, pois os membros do Poder Legislativo não têm *incompatibilidade*, que importa na total impossibilidade de exercer a advocacia, mas sim *impedimento*, que, no caso, impede que advoguem apenas contra ou favor das pessoas jurídicas de direito público e das demais pessoas mencionadas no art. 30, II, da Lei 8.906/94. Gabarito "D"

20. Assinale a opção correta quanto a publicidade na advocacia.

- (A) O advogado em entrevista à imprensa pode mencionar seus clientes e demandas sob seu patrocínio.
- (B) É permitida a divulgação de informações sobre as dimensões, qualidade ou estrutura do escritório de advocacia.
- (C) É permitida a ampla divulgação de valores dos serviços advocatícios.

(D)É permitido o anúncio em forma de placa de identificação do escritório apenas no local onde este esteja instalado.

A: arts. 32 e 33 do CED; B e C: art. 31, § 1º, do CED; D: art. 30 do CED. Gabarito "D"

21. Heitor, advogado regularmente inscrito na OAB, é surpreendido com a notícia de que seu *ex adverso* havia sido suspenso em processo disciplinar regular, mas que não havia devolvido os documentos oficiais nem comunicado a punição ao juiz dirigente do processo. Em relação à atuação de profissional suspenso das atividades, à luz do Estatuto, é correto afirmar que

- (A)gera a exclusão da OAB.
 - (B)viola o sigilo profissional.
 - (C)caracteriza infração disciplinar.
 - (D)constitui mera irregularidade.
-

A: incorreta, visto que as hipóteses de exclusão do advogado estão expressamente previstas no art. 34, XXVI a XXVIII, do Estatuto da OAB (EAOAB- Lei 8.906/94); B: incorreta, pois o fato de um advogado suspenso em processo disciplinar prosseguir no exercício da advocacia não significa que esteja violando sigilo profissional; C: correta, pois, ao profissional suspenso de suas atividades aplicar-se-á o disposto no art. 42 do Estatuto da OAB (EAOAB – Lei 8.906/94), vale dizer, ficará *impedido de exercer o mandato*, o que, em caso de descumprimento, ensejará o reconhecimento da *infração disciplinar* tipificada no art. 34, I, do EAOAB; D: incorreta, pois, como visto na alternativa anterior, o prosseguimento, pelo advogado, do exercício do mandato, mesmo após ter sido suspenso ou excluído da OAB, mais do que irregularidade, constitui *infração disciplinar*, punível, diga-se de passagem, com a pena de *censura*, consoante determina o art. 36, I, do EAOAB. Gabarito "C"

22. Em relação às infrações disciplinares aplicáveis aos advogados, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto do Advogado.

- (A)A violação ao Código de Ética e Disciplina do Advogado é punível com suspensão do exercício da advocacia por, no mínimo, 15 dias.
 - (B)A deturpação de transcrição de dispositivo de lei ou de citação doutrinária em petição é falta punível, em regra, com censura.
 - (C)A prescrição de aplicação de penalidade de censura ocorre em um ano, a partir da data da ciência do fato pela OAB.
 - (D)O exercício assíduo e proficiente de mandato na OAB é cláusula excludente de aplicação de penalidade.
-

A: art. 37, § 1º, da Lei 8.906/94; B: art. 34, XIV, c/c art. 36, I, ambos da Lei 8.906/94; C: art. 43 da Lei 8.906/94; D: incorreta, pois se trata de atenuante e não excludente, conforme consta do art. 40, III, da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

23. No que se refere ao exercício da atividade profissional do advogado, assinale a opção incorreta.

- (A)O advogado sempre deve atuar com honestidade e boa-fé, sendo-lhe vedado expor fatos em juízo falseando deliberadamente a verdade.
- (B)O advogado deve estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.
- (C)O advogado sempre deve informar o cliente dos eventuais riscos de sua pretensão e

aconselhá-lo a não ingressar em aventura judicial.

(D)O advogado deve defender com zelo e dedicação os interesses de seu cliente, tendo o dever de recorrer de todas as decisões em que seus representados sejam sucumbentes.

A: art. 6º do CED; B: art. 2º, VI, do CED; C: art. 8º do CED; D: art. 46 do CED – não existe o dever de recorrer de todas as decisões, mas o dever de agir com zelo. Gabarito "D"

24. Acerca das infrações e sanções disciplinares, assinale a opção correta.

(A)Pedro, bacharel em direito, como não é inscrito nos quadros da OAB, fez uma petição inicial e pediu que Marcos, advogado, a assinasse. Nessa situação, Marcos não cometeu infração disciplinar.

(B)Joaquina é advogada e fez falsa prova do seu diploma de bacharel em direito. Nessa situação, a inscrição de Joaquina nos quadros da OAB pode ser anulada, mas ela não pode ser punida por infração disciplinar, nos termos do estatuto, já que a falsificação se deu antes de sua inscrição, quando ainda não era advogada.

(C)A penalidade de censura não deve ser publicada.

(D)A advertência pode ser convertida em censura, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do inscrito, quando presente circunstância atenuante.

A: art. 34, I, da Lei 8.906/94; B: art. 34, XXVI, da Lei 8.906/94; C: art. 35, p. único, da Lei 8.906/94; D: é o contrário (art. 36, p. único, da Lei 8.906/94). Gabarito "C"

25. No que se refere às infrações e sanções disciplinares previstas na Lei nº 8.906/1994 e sua interpretação nos tribunais superiores, assinale a opção correta.

(A)A censura se aplica na hipótese de deixar o advogado de pagar as contribuições, multas e preços de serviços devidos à OAB, depois de regularmente notificado, e na hipótese de prática, pelo estagiário, de ato excedente de sua habilitação.

(B)O recebimento de valores, da parte contrária ou de terceiro, relacionados com o objeto do mandato, sem expressa autorização do constituinte, é causa para aplicação da sanção de exclusão dos quadros da Ordem.

(C)A exclusão é aplicável nos casos de aplicação, por três vezes, da penalidade de suspensão, após manifestação favorável de 2/3 dos membros do Conselho Seccional competente.

(D)A prescrição da pretensão punitiva ocorre em cinco anos, a contar da prática do ato infracional.

A: art. 37, I, c/c art. 34, XXIII, ambos da Lei 8.906/94; B: art. 37, I, c/c art. 34, XIX, ambos da Lei 8.906/94; C: art. 38, I e p. único, da Lei 8.906/94; D: art. 43 da Lei 8.906/94. Gabarito "C"

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Dentre as formas diretas de exercício da soberania popular, podemos apontar, EXCETO,

(A)a reclamação constitucional.

(B)o plebiscito.

(C) o referendo.

(D) a iniciativa popular.

Art. 1º, parágrafo único, c/c art. 14, I a III, da CF. Gabarito "A"

27. Nos julgamentos que envolvam inconstitucionalidade de leis, é INCORRETO afirmar:

(A) A ação direta de inconstitucionalidade, julgada no mérito pelo Supremo Tribunal Federal, tem efeitos vinculante e *erga omnes*.

(B) Os juízes de Direito podem declarar a inconstitucionalidade de uma lei.

(C) A Turma de um Tribunal Estadual, ao julgar apelação, pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou negar-lhe aplicação.

(D) A ação direta por omissão se destina a superar omissões inconstitucionais causadas pelo Administrador ou pelo Legislador.

A: Art. 102, § 2º, da CF; B: Em controle difuso qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em face da Constituição Federal (no caso dos tribunais, respeitada a regra do art. 97 da CF); C: Viola o art. 97 da CF; D: Art. 103, § 2º, da CF. Gabarito "C"

28. A Constituição da República estabelece os direitos e garantias fundamentais e fornece os instrumentos para que a tutela destes valores possa ser concretizada.

(A) o mandado de segurança coletivo somente pode ser interposto por associação civil constituída há pelo menos um ano, na defesa de interesses de seus membros.

(B) A ação popular poderá ser ajuizada por qualquer cidadão e não se limita somente a obter a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que participe o Estado e à moralidade administrativa, mas também à defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.

(C) O mandado de segurança será concedido sempre que a ausência de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

(D) A concessão do *habeas corpus* somente ocorrerá quando alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

A: art. 5º, LXX, da CF; B: art. 5º, LXXIII, da CF; C: o mandado de segurança está previsto no art. 5º, LXIX, da CF. Sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais será concedido o mandado de injunção, nos termos do art. 5º, LXXI, da CF; D: conceder-se-á também *habeas corpus* quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção (*habeas corpus* preventivo). Gabarito "B"

29. São considerados brasileiros natos, pela Constituição Federal,

(A) os que optaram pela nossa nacionalidade e aqui residiram por um ano ininterrupto.

(B) os aqui nascidos, ainda que de pais estrangeiros a serviço do seu país de origem.

(C) os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros.

(D) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros que estejam a serviço do Brasil.

Art. 12, I, b, da CF Gabarito "D"

30. A Constituição da República poderá ser emendada mediante proposta

(A) de mais da metade dos Governadores das unidades federativas.

(B) conjunta, dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

(C)de um terço, no mínimo, das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

(D)de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Art. 60, I a III, da CF: “A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; II - do Presidente da República; III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros”. Gabarito "D"

31. É competência do Supremo Tribunal Federal:

(A)a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.

(B)processar e julgar originariamente os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.

(C)julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados.

(D)processar e julgar originariamente o conflito positivo de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal Superior Eleitoral.

Comentário: A: Competência dos juizados especiais (art. 98, I, da CF); B: Competência do STJ (art. 105, I, “b”, da CF); C: Competência do STJ (art. 105, III, da CF); D: Art. 102, I, “o”, da CF.

Gabarito: “D”

32. Dentre as competências constitucionais do Conselho Nacional de Justiça,

(A)encontra-se a de expedir atos regulamentares, mas não recomendações, com o objetivo de zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura.

(B)encontra-se a de apreciar, apenas mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que adotem as providências necessárias ao cumprimento da lei.

(C)encontra-se a de rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

(D)não se encontra a de avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço contra membros do Poder Judiciário.

Art. 103-B, § 4º, I a VII, da CF. Gabarito "C"

33. Trata-se de matéria de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal:

(A)normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

(B)transporte local, seguridade social e registros públicos.

(C)procedimentos em matéria processual, assistência jurídica e Defensoria Pública, e

direito penitenciário.

(D)direito tributário, processual penal e penal.

Art. 24, I, XI e XIII, da CF. Gabarito "C"

34. O Ministério Público do Trabalho integra o

(A)Ministério Público Federal.

(B)Ministério do Trabalho.

(C)Ministério Público da União.

(D)Ministério Público dos Estados.

Art. 128, I, *b*, da CF. Gabarito "C"

35. NÃO está presente no rol de legitimados à propositura de Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição Federal de 1988,

(A)a Confederação Sindical.

(B)a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

(C)a entidade de classe de âmbito nacional.

(D)o Prefeito Municipal.

Art. 103, I a IX, da CF. Gabarito "D"

DIREITO AMBIENTAL

36. Visando assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição Federal estabeleceu ao poder público a incumbência de:

(A)exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo de impacto ambiental – prévio, concomitante ou posterior –, a que se dará publicidade.

(B)exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, independentemente de publicidade.

(C)exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer degradação do meio ambiente, estudo de impacto ambiental – prévio, concomitante ou posterior –, independentemente de publicidade.

(D)exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Art. 225, § 1º, IV, da CF. Gabarito "D"

37. Na Constituição Federal, em matéria ambiental, são expressamente previstos como patrimônio nacional, além da Serra do Mar, da Floresta Amazônica brasileira e do Pantanal Mato-Grossense,

(A)a Zona Costeira e a Caatinga.

(B)o Cerrado e a Caatinga.

(C)a Caatinga e a Mata Atlântica.

(D)a Zona Costeira e a Mata Atlântica.

(E) o Cerrado e a Mata-Atlântica.

Art. 225, § 4º, da CF. Gabarito "D"

38. “Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”. Esta é a formulação do princípio ambiental

- (A) do desenvolvimento sustentável.
 - (B) do poluidor-pagador.
 - (C) da precaução.
 - (D) da economicidade.
 - (E) da prevenção.
-

Trata-se do princípio da precaução, por se estar diante de situação de incerteza científica de dano ambiental. Gabarito "C"

39. A desafetação é o fato ou manifestação de vontade do poder público, mediante o qual o bem de domínio público é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado do Estado ou do administrado. Quanto às unidades de conservação, é correto afirmar que a desafetação

- (A) que não implique redução de limites pode ser instituída por portaria.
 - (B) que não implique redução de limites pode ser feita por decreto.
 - (C) ou redução de limites pode ser feita por decreto.
 - (D) ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei.
-

Art. 22, § 7º, da Lei 9.985/00. Gabarito "D"

40. Pelo disposto na Constituição Federal, em especial no seu artigo 225, e na Lei Federal no 9.605/98, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas,

- (A) independentemente da obrigação de reparação de danos ambientais, sendo que a responsabilidade penal não se aplica à pessoa jurídica.
 - (B) sendo subjetiva a responsabilidade pela reparação de danos ambientais, quando se tratar de pessoa física e objetiva a responsabilidade quando se tratar de pessoa jurídica.
 - (C) dependendo a obrigação de reparação dos danos causados da comprovação da existência de dolo, quando se tratar de pessoa física.
 - (D) independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
-

Art. 225, § 3º, da CF. Gabarito "D"